

REQUERIMIENTO Nº _____, DE 2015
(Do Sr. BETO SALAME)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação das obras de construção da ALPA – Aços Laminados do Pará, na cidade de Marabá.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 24, inciso XIV, 117, inciso VIII, e 255, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a retomada das obras de construção da Alpa– Aços Laminados do Pará, na cidade de Marabá, ante o que, requer sejam convidados o Exmo. Senhor Antônio Carlos Rodrigues, Ministro de Estado dos Transportes, o Senhor Murilo Ferreira, Presidente da Vale do Rio Doce e o Senhor Adnan Demachki, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará.

Após iniciadas as obras de instalação da Alpa, a construção da Siderúrgica da Vale do Rio Doce vive um impasse da mineradora com o governo brasileiro. As obras de construção estão suspensas porque o governo federal retirou do orçamento do plano de Aceleração do Crescimento (PAC) deste ano uma hidrovía crucial à siderúrgica.

Segundo a empresa, o cronograma de implantação do projeto está suspenso porque a Vale aguarda a solução em relação à infraestrutura logística para a região, como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, fundamental para a implantação do empreendimento e para o desenvolvimento do Estado, por servir como corredor para recebimento de insumo e escoamento da produção da Alpa. A Vale alega que avançou com o projeto até onde foi possível. As obras de terraplanagem foram 85% concluídas, com investimentos realizados no montante de R\$ 332 milhões reais. As condicionantes socioambientais exigidas para o projeto também estão sendo cumpridas.

Essa paralização deu margem ao anúncio de que o projeto da Siderúrgica tinha sido transferido para o Porto de Pecém, no Ceará. Em razão da notícia, em maio desse ano, centenas de populares invadiram o terreno destinado à construção da Alpa, alegando que se o projeto de aços laminados não seria implementado, a área deveria ser utilizada ao menos para promover habitação de famílias sem teto.

Do outro lado, o Governo Federal anuncia o lançamento de novo edital de retirada do chamado Pedral do Lourenço, para garantir a viabilidade do Rio Tocantins, entre os municípios de Marabá e Tocantins, durante todo o ano, o que viabilizaria a instalação do complexo siderúrgico.

Nessa esteira, tendo em vista a relevância do projeto siderúrgico para a economia do Estado do Pará, com a possibilidade de geração de centenas de postos de trabalho e a captação de investimentos locais que estão prejudicados em razão da suspensão das obras, faz-se necessária a realização de Audiência Pública com a presença das autoridades mencionadas, para que sejam debatidas e esclarecidas todas as questões relevantes em torno do tema.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Deputado **BETO SALAME**
PROS/PA